



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Política Externa Brasileira na Era Ernesto Araújo

liberalismo econômico e a extrema direita política

Luiz Felipe Osório

Como citar: OSÓRIO, L. F. Política Externa Brasileira na Era Ernesto Araújo: liberalismo econômico e a extrema direita política. *In:* BARBOSA, J. R.; HERNÁNDEZ, O. A. P. (org.). **Extremismos políticos e direitas:** Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 97-120. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p97-120>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ERA ERNESTO ARAÚJO: LIBERALISMO ECONÔMICO E A EXTREMA DIREITA POLÍTICA

*Luiz Felipe OSÓRIO*¹

INTRODUÇÃO

A discussão sobre extremismos políticos, direitas e crise da democracia, como a deste evento, ora inaugurado, acerta em cheio o cerne da questão que vivenciamos hoje. Trazendo ainda um elemento fundamental do Estado brasileiro que é a sua política externa. Neste trabalho tenta-se relacionar tudo aquilo que envolve o Ministério das Relações Exteriores à história das Relações Internacionais dentro do capitalismo. O intuito é abordar as particularidades brasileiras, contudo sem deixar de inseri-las nesse contexto mais amplo que é o sistema capitalista de Estados. Tal análise sobre a política externa será feita partindo de pressupostos que

¹ Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFRRJ). Seropédica R.J. Brasil. E-mail: luizfelipe.osorio@googlemail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4429-3645>.
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p97-120>

alinhem tanto a perspectiva teórica do marxismo, quanto o olhar prático e analítico sobre as Relações Internacionais.

Em princípio, cabe atentar que qualquer olhar que passe pelo marxismo demanda necessariamente a compreensão desse modo de produção tão estruturante e determinante nas nossas vidas quanto é o modo de produção capitalista. Afinal de contas, muitos já dão o marxismo como vencido ou ultrapassado. No entanto, é fundamental considerar que apesar de ser de fato uma teoria finita, enquanto houver capitalismo o marxismo será sempre sua melhor ferramenta de análise (ALTHUSSER, 1998). Uma vez superado esse modo de produção, aí, sim, o marxismo estará enterrado, mas enquanto isso não acontecer ele será sempre uma ferramenta muito válida. Se não a mais adequada, aquela que vai conseguir descortinar importantes horizontes da análise.

Aliás, a ideia aqui não é se somar ao coro de dizer que o Ministério das Relações Exteriores na sua atual condição é uma vergonha, obra de mirabolantes elucubrações mentais, reforçar estigmatizações ou coisa do gênero. O objetivo é tentar fazer uma análise fria e responsável da situação concreta daquilo que está acontecendo para que nós possamos justamente colocar o dedo na ferida.

Pois bem, e de que interessa isso? Interessa perceber que entrelaçados aos termos “Relações Internacionais”, “Política Externa” e “Capitalismo”, precisamos entender quando se pode falar em Relações Internacionais exatamente. Porque se formos desenrolar o fio histórico com o objetivo de buscar contexto, corremos o risco de retroceder ao infinito. Contudo, ao adotar uma análise que considere o materialismo histórico e dialético, é possível determinar esse resgate de forma mais pontual, o que precisamos é entender a história do mundo a partir da organização concreta da produção. Ou seja, a partir do momento em que a sociedade vai se sedentarizando, se fixando em um lugar específico e organizando socialmente o trabalho.

1. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA TRAJETÓRIA DO CAPITALISMO MUNDIAL

Isso se percebe ao longo da história da humanidade numa trajetória que envolve pelo menos três grandes modos de produção que se tornaram

predominantes. O primeiro é o escravismo, datando da Idade Antiga e envolvendo por volta de dez séculos. Passando em seguida para o feudalismo, que perdurou boa parte da Idade Média até chegar ao que vivemos hoje, o capitalismo. E apesar de já demonstrar indícios do que viria acontecer ao longo da Idade Moderna, que foi um período de transição, o capitalismo só se constitui enquanto modo de produção predominante no mundo a partir da Idade Contemporânea, que é o momento que marca a chegada das burguesias ao poder político. Sendo também um momento que marca a constituição daquilo que nós conhecemos hoje como Estado Democrático de Direito. Algo que é importante de pontuar, porque vem a reboque das grandes revoluções burguesas, sobretudo a estadunidense e a francesa (WOOD, 2014).

Tal fato se torna marcante ao passo que o estudo moderno, aquele que interessa às Relações Internacionais e que as constitui, ganha um conteúdo próprio a partir da Idade Contemporânea. Ainda que as relações internacionais possam ter elementos pretéritos, mas ganham especificidade nesse período. Ou seja, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, quando o capitalismo, a partir da Inglaterra, vai se alastrando pelo resto da Europa e depois pelo mundo como um todo, esse é, portanto, um momento determinante.

Nessa perspectiva, as relações internacionais se formam muito a partir daí, sobretudo com a formação dos Estados-nação — essa forma política que também é um produto do capitalismo (MASCARO, 2013). Antes disso havia organizações políticas distintas, mas não na forma de Estado como nós conhecemos hoje. Não com a burocracia atual e nem com essa maneira de se estruturar. Maneira esta que é muito particular e peculiar, própria do capitalismo.

1.1. MOMENTO PIONEIRO: FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS TERRITORIAIS, AGROEXPORTAÇÃO E TRATADOS DESIGUAIS

Nessa lógica, a partir do século XIX o capitalismo vai se consolidando e vai se espalhando por toda a Europa inicialmente. Mas ele se torna de fato predominante nas sociedades europeias com a sua primeira grande

crise. Chamada de Grande Depressão foi a crise que se iniciou e perdurou até o início do século XX, sendo um dos três momentos que nós podemos narrar aqui como determinantes nas relações internacionais enquanto uma forma do capitalismo (FRIEDEN, 2008).

Esse primeiro envolve uma geografia do capitalismo muito restrita à Europa. Inclusive é essa geografia do capitalismo que faz com que ele saia da Europa Ocidental e chegue à Europa Oriental. E não é coincidência que aqueles autores considerados os fundadores das teorias de Relações Internacionais, os conhecidos teóricos do Imperialismo, vão desenvolver seu pensamento e sua militância exatamente nesse momento de transição entre o século XIX e o século XX. Porque eles estão vivenciando e acompanhando as mudanças que vão solidificar o capitalismo enquanto o modo de produção dominante no mundo (OSÓRIO, 2018a).

Em nível global, são tempos de muita ebulição, porque é um período em que as esquerdas vão se reconhecendo enquanto classe em si e buscando seu lugar ao sol. Ou seja, buscando emplacar as suas reivindicações, lutando por mais direitos, por mais espaço e também por poder político. Não à toa, as esquerdas nesse momento são as esquerdas revolucionárias que verificavam no Estado o problema central. Tendo em conta o Estado como comitê executivo da burguesia, logo, a tomada do Estado seria o caminho para a transformação, faria com que aquele Estado se direcionasse para os trabalhadores. E aí, acabou que a História foi mostrando outros rumos.

Nesse sentido, a forma política do capitalismo de se estruturar tem no Ministério das Relações Exteriores um de seus principais braços de independência formal dos Estados. Cabe lembrar aqui que, no caso brasileiro, por exemplo, o primeiro ministério criado a partir da Independência do Brasil foi o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ilustrando aí desde já a importância dessa seara.

O Brasil nesse primeiro ciclo, o momento pioneiro da trajetória do capitalismo em âmbito mundial, marcado pela Grande Depressão e a Grande Guerra, ainda tinha uma estrutura econômica muito incipiente. Era um país que tinha a sua velha grade exportadora muito forte, com apenas alguns espasmos de tentativas de industrialização. Pode se apontar

um caso ou outro isolado, mas ainda não havia uma política disseminada e sistemática de modernização. A política externa brasileira nesse primeiro período defendia o café como principal produto de exportação nacional e em alguma medida aprofundava essa postura de defesa de vantagens comparativas do Brasil — ou seja, na especialização naquilo que o país tem de melhor em produtos agrários. É também uma política externa que foi exitosa do ponto de vista de manter a unificação territorial a partir da articulação de tratados fronteiriços (CERVO; BUENO, 2015). Um ganho bem considerável, e que só ocorreu em função da leitura inovadora e transformadora da época do Barão do Rio Branco que apontou para os Estados Unidos como o próximo poder hegemônico do mundo, já vislumbrando aí uma ultrapassagem hegemônica, uma passagem de bastão da Inglaterra para os Estados Unidos. E essa política americanista naquele momento foi responsável por vitórias importantes do Brasil em arbitragem, em negociações e em celebrações de tratados fronteiriços, permitindo assim que o Brasil tivesse a configuração continental que tem hoje (MONIZ BANDEIRA, 2014).

As esquerdas revolucionárias aqui no Brasil também fizeram sentir efeitos. Os movimentos importantes, como o Movimento Grevista de 1917, por exemplo, vêm dessa tradição. O país teve iniciativas importantes de greve e movimentos sociais ao longo desse período, mostrando que ainda que o capitalismo não estivesse inteiramente desenvolvido, havia uma parte importante aqui dentro. Por outro lado, no que toca à democracia e à questão de garantias das massas, o Brasil não chegou nem perto de viver naquele momento qualquer arremedo de regime democrático. O país passou por uma alternância de poder conhecida como “Café com Leite”, e mesmo antes, durante o processo de Proclamação da República, não houve um fenômeno liderado pelas massas, mas sim uma transformação pelo alto.

1.2. MOMENTO FORDISTA: NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI)

Assim, esse primeiro momento é importante, mas é uma fase em que o capitalismo não está plenamente disseminado no mundo inteiro, isso virá

com o segundo grande ciclo — que é o ciclo que se inaugura com a Crise de 1929. Uma grande crise estrutural e com impactos no mundo como um todo que foi seguida pela Segunda Guerra Mundial (HELLEINER, 1994). Esse novo período faz com que o capitalismo se alastre pelo globo. Não é coincidência que a partir daí se comece a falar de “centro” e “periferia”, e a periferia comece a entrar como um elemento dos debates progressistas. É um momento em que o capitalismo cede os anéis para não perder os dedos. Visto que o capitalismo teve que lidar com a vitória da União Soviética na Segunda Guerra Mundial fazendo concessões e se reestruturando de uma maneira que muitos conhecem como fordista (HIRSCH, 2010).

Nesse pós-1945, toma forma o capitalismo do fordismo, aquele que tem seu eixo de acumulação interno, ou seja, dentro dos territórios nacionais, muito associado à indústria e tem o seu modo de regulação altamente intervencionista. O Estado interferindo em várias searas, inclusive nas searas socioeconômicas, mesmo o tempo livre do trabalhador está regulamentado.

Vale lembrar que as esquerdas já venceram em algum momento da história dentro dos marcos do capitalismo, foi justamente no pós-1945. E as esquerdas chegaram ao poder quer pela via revolucionária — como aconteceu na União Soviética, na China, no Vietnã, em Cuba e países africanos importantes, como a Angola —, quer pela conciliação no que veio a se tornar a socialdemocracia. Uma frente ampla de sua época, conciliando interesses moderados da esquerda e da direita, que fez com que a socialdemocracia chegasse ao poder em países da Europa Ocidental, por exemplo.

É interessante pontuar que o que se considera parâmetro de democracia hoje são os Estados de bem-estar social que vieram desse momento de pós-guerra. Em outras palavras, são as concessões que a burguesia liberal foi tendo que fazer para não perder o poder político como um todo, dada a situação da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial de total destruição. Então, o que se percebe como ideal de democracia, de capitalismo justo, uma democracia justa ou coisa que o valha, é esse momento de um Estado de bem-estar social. É isso também que muitos aqui na política nacional querem resgatar ou adaptar às condições atuais.

Foi um momento que gerou certa prosperidade no centro do capitalismo, considerados hoje os 25 anos gloriosos, de 1945 até 1970 (BRUNHOFF, 1978). Porém na periferia não foi bem assim. Na periferia foi um período marcado por processos altamente violentos de descolonização, sobretudo na África e Ásia. Processos muito traumáticos e que impactam até hoje nessas sociedades. O que se acostumou a chamar de Guerra Fria, na periferia foram guerras muito quentes, muito beligerantes, muito pesadas. Destruindo tecidos sociais mundo afora. Mas foi uma fase em que apesar de tudo, alguns países puderam ter uma descolonização de fato, se livrando de toda aquela herança e todo aquele fardo do colonialismo.

O pós-Segunda Guerra Mundial para o Brasil foi o que permitiu a industrialização e a mudança do eixo da economia brasileira, que saiu do agrário-exportador para industrial. Muitos autores, em especial Celso Furtado (2007) que consagrou esse tema, apontam que o Brasil na Era Vargas conseguiu um desenvolvimento *avant la lettre*. Algo que só chegou para o mundo depois da Segunda Guerra Mundial, já vinha sedimentando suas bases no país desde o início da Era Vargas. E a partir daí, o Brasil foi rumo a uma toada de defesa do nacional-desenvolvimentismo, ou pelo menos a indústria nacional em maior ou menor medida (JAGUARIBE, 2006).

Então, o que acontece com as esquerdas no poder nessa vertente do desenvolvimento nacional industrial, foi conseguir ganhar algum fôlego e aqui no Brasil vai se perceber um movimento semelhante. Não é à toa que muitos candidatos à presidência hoje gostariam de ressuscitar legados desse momento, desse passado glorioso. Foi um momento que a política externa brasileira se notabilizou por ser independente, ou seja, pragmática. Não era uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos, a principal potência e sua vizinha regional. Era também a defesa de um capitalismo à brasileira, um capitalismo com sua marca e autenticidade. Entretanto, não significa que tenha sido uma política externa à esquerda, nem mesmo que tenha sido algo próximo do movimento dos não alinhados ou plenamente independentes. Essa orientação ficou conhecida como PEI (Política Externa Independente). Foi uma política pragmática que tentou alcançar objetivos nacionais na medida do nacional-desenvolvimentismo, seguindo a dinâmica do pensamento que existia na época e que em grande

medida acabou se destacando por vitórias relativas, conquistas significativas em um contexto mais amplo.

1.3. MOMENTO PÓS-FORDISTA: EQUILÍBRIO IMPOSSÍVEL DO NEOLIBERALISMO, APROXIMAÇÕES E RUPTURAS

Contudo, esse período que teve o nacional-desenvolvimentismo como a sua face mais evidente, muito em função desses acordos e dessas conciliações, começa a ruir a partir dos anos 1970, quando esse modelo fordista começa a ser questionado e gradativamente a entrar em crise. Tal crise é aguçada e chega a um ápice na década de 90, marcado pelo fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética. Essa dissolução do bloco socialista do leste europeu e da União Soviética é um baque muito grande para as esquerdas. Antes vitoriosas no pós-1945, esse é o momento que as esquerdas vão para a lona e sofrem uma grande derrota, da qual elas ainda não conseguiram se erguer. Muitas das alternativas progressistas passam a colocar à mesa questões do neoliberalismo menos pesadas, de maneira não tão socialmente impactante do ponto de vista negativo.

Por sua vez, um terceiro momento se dá a partir da década de 1990, este é coroado com a Crise de 2008, cuja qual nós sentimos seus efeitos até hoje. Uma crise que só tem parâmetros naquela de 1929, ou seja, é a segunda maior, quiçá a maior crise econômica do mundo, cujos efeitos ainda estão em rescaldo mais de uma década depois. Balançando por completo as estruturas do mundo e levando a uma geografia muito distinta daquela anterior.

Se antes a geografia do segundo momento era totalmente mundializada, abarcando os quatro cantos do globo, nesse momento agora a geografia vem através de espaços imateriais. Isto é, como o capitalismo já chegou praticamente em todos os territórios do mundo, a fenda encontrada para que se mantenha se dá agora a partir dos espaços imateriais, que correspondem a abertura das economias aos capitais (HARVEY, 2005). O que muita gente chama por aí de diminuição do Custo Brasil — o que normalmente nada mais é que a diminuição do custo da mão de obra, se fazendo por meio do governo brasileiro através da Reforma da Previdência

e Reforma Trabalhista, nas quais direitos são cada vez mais retirados dos trabalhadores. Em outros termos, é a abertura de espaço de valorização do valor, uma dinâmica muito própria de um capitalismo que se propõe como oposto ao seu momento anterior (MASCARO, 2013).

Então se o seu momento anterior é chamado de fordista, esse passa a ser entendido como pós-fordista. Em que sentido? Pós-fordista porque se antes o eixo de acumulação era interno e muito identificado no capitalismo industrial, agora esse eixo de acumulação é internacional e muito identificado com o capitalismo financeiro (JESSOP, 1991). O que acontece no momento atual é que existe a intensificação de uma tendência que é própria e estrutural do capitalismo: a internacionalização das relações de produção. Verifica-se hoje justamente isso e são evidentes seus impactos em nossa vida como um todo. Uniformizando inclusive nossos gostos por músicas, séries e demais expressões culturais. A cultura está cada vez mais uniformizada de ponta a ponta dentro daquela lógica que é a dominante, ou aquela que mais se propagandeia por aí.

Por exemplo, algo que é muito louvado como modelo de modernidade é a União Europeia, sobretudo a partir da união econômica e monetária que sacramentou o euro como moeda comum a alguns países daquele espaço. A gestão monetária é um dos aspectos centrais da soberania de um Estado, e foi transferida para um ente internacional burocratizado composto de ditos especialistas técnicos apolíticos que vão gerir da melhor maneira a política monetária. Uma falácia completa, a política monetária não pode ser tratada dessa maneira sob pena de engessar a condição econômica dos países — sendo esse o menor dos efeitos. Além de trazer mazelas por não ter uma válvula de escape em meio às crises para as economias nacionais (OSÓRIO, 2018b).

Não é fortuito que as organizações internacionais e o direito internacional, a partir da década de 90, ganharam uma proeminência tremenda. Por quê? Porque muitas das competências estatais foram transferidas para essas organizações sob o pretexto de um tratamento mais técnico, mais impessoal. Quando na verdade é a política que determina isso. Ou ao menos a política da sociedade é que deveria determinar o tratamento de questões sensíveis e importantes para o coletivo. Em suma,

esse é o momento que nós vivemos hoje, falar de democracia hoje é falar de um histórico simulacro de democracia para muitos países da periferia, que se deixam dominar no cenário atual pela submissão às dívidas financeiras.

E cabe questionar, como a política externa brasileira vai se situando nesse momento atual? Em tempos em que o eixo de acumulação está cada vez mais internacionalizado — fenômeno conhecido como globalização —, e o seu modo de regulação está também cada vez mais internacionalizado. Retirando das democracias locais e do contexto político local o poder de decisão sobre muitos assuntos importantes que impactam o indivíduo e a sociedade como um todo.

Nesse contexto, a política brasileira vai se equilibrando, com governos que vão se sucedendo, numa tentativa de resgate dos parâmetros de uma pretensa socialdemocracia. Vão tentando resgatar e ao mesmo tempo gerindo isso com medidas neoliberais de maior ou menor impacto societário. Ou seja, é uma questão de neoliberalismo com determinados momentos de algum apelo socialdemocrata e em outros de maior austeridade.

Por sua vez, a política externa no pós-década de 90 é também marcada por essas alternâncias. Inicialmente, um breve período de realismo periférico com o governo Collor. Em seguida, Itamar acabou mudando um pouco a orientação para um retorno ao desenvolvimentismo da PEI. Posteriormente, veio o Fernando Henrique Cardoso com um realismo periférico fortíssimo orientado pelo liberalismo econômico. Depois os governos Lula e Dilma, que tentam em alguma medida resgatar a política externa independente e dar colorações socialdemocratas à política externa.

Já hoje, nós verificamos que a política externa praticada pelo Brasil é de resgate das premissas liberais do governo Fernando Henrique Cardoso e aprofundando ainda mais determinados laços. Ou seja, é a retomada de algo que não é novo na política externa brasileira, é a retomada de um alinhamento automático e de uma ideia de desenvolvimento associado às grandes potências com certas particularidades do momento por conta do espectro político que se situa o governo federal. Soma-se a isso todo o ferramental da extrema direita mundial traduzido e representado mais fielmente na figura do ex-chanceler Ernesto Araújo e todo o aparato de

política internacional do atual governo, bem como com seu alinhamento automático aos Estados Unidos. Para entender melhor essa composição, cabe um olhar mais detalhado, a partir do quadro sinótico abaixo:

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM ERNESTO ARAÚJO À FRENTE (2019-2021)

Ainda durante a campanha presidencial nas eleições de 2018, Bolsonaro havia sinalizado poucas propostas em sua plataforma política, uma das poucas demonstrações do que viria no futuro foi a da política externa (única sinalização concreta ao lado da economia política liberal). De sua posse em diante, com a montagem do ministério, Ernesto Araújo é apontado para a pasta das Relações Exteriores. A escolha do chanceler brasileiro rompeu com a tradição sucessória na condução do Ministério das Relações Exteriores, mas, ao mesmo tempo, privilegiou um diplomata de carreira (o que acabou acalmando os ânimos de uma repercussão ainda pior no universo das relações internacionais). Içado da inexpressividade na carreira, sua ascensão foi relacionada com suas oportunas demonstrações de adesão ao ideário em voga. Ernesto Araújo demonstrou, ao longo de sua carreira, flertes intelectuais com os mais variados espectros políticos, mas ganhou os holofotes com a recente incorporação das noções da extrema direita mundial, carreada pela supremacia branca ocidental.

Desde seu discurso de posse, Ernesto já demonstrou que romperia com o tom de mínima sobriedade que sempre pesou sobre os ocupantes do cargo. Em uma fala que chamou a atenção do público por uma mistura de elementos místicos de um passado idílico ocidental com uma mania de perseguição descolada da realidade e travestida de um pretensão nacionalismo às avessas (BERRINGER *et al.*, 2021), levando para a política externa os ecos que surtiram efeitos positivos para Bolsonaro na campanha presidencial (ARAÚJO, 2019). O que se percebia de maneira clara, expressa e manifesta é que a gestão Araújo significaria uma ruptura completa, em todos os pontos, da política externa dos governos do Partido dos Trabalhadores. Em outras palavras, não havia exatamente uma pauta, mas, sim, a negação e desconstrução dos feitos anteriores. O que em

termos da história da política externa do Brasil conduz à retomada do alinhamento automático às grandes potências e o abandono da política externa independente. O Brasil, em sua história diplomática tem no americanismo, que oscila entre o pragmático e o automático, uma vertente cardial, inaugurada pelo Barão do Rio Branco (em ruptura ao europeísmo de eras remotas) e mantida com maior ou menor intensidade. Todavia, o arranjo de Araújo se aproxima do ineditismo em intensidade.

Logo, ficou perceptível que a política externa contemporânea teria dois grandes eixos. O econômico que seria a retomada de uma linha de desenvolvimento associado da política externa brasileira, já colocada em prática em outros governos, como os de Castelo Branco, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, porém, sem qualquer mediação quanto a um mínimo de pragmatismo. Já o eixo ideológico trouxe para os discursos e atos oficiais do Itamaraty a retórica e prática da extrema direita mundial, a qual se pautava, fundamentalmente, pela crítica ao liberalismo político mundial, quer à direita quer, sobretudo, à esquerda, ou seja, um repúdio às bases da socialdemocracia, consenso reinante no Ocidente no pós-Segunda Guerra Mundial.

A junção das duas diretrizes ao invés de um realismo periférico, próprio dessa orientação, transformou-se em um quase irrealismo ao assumir um alinhamento automático extremo com o, então, governo Trump, apostando todas suas fichas em uma reeleição que não veio. A compra do pacote completo da política estadunidense sem qualquer moderação levou o país a entrar em brigas desnecessárias, que não pertenciam ao radar das relações externas nacionais, e ao imobilismo em outras searas, como a da tecnologia, em relação ao desenvolvimento do 5G na China e à articulação para a compra ou obtenção de vacinas ou de suas matérias-primas em meio à pandemia da COVID-19.

O intervalo de um pouco mais de 2 anos de atuação de Araújo gerou desconforto até nas burguesias do país e nas alas militares², as

² O histórico de apoio ao americanismo nas Forças Armadas vem desde a Segunda Guerra Mundial, com a participação ao lado dos aliados, o reequipamento militar advindo do programa de apoio estadunidense (que resultou até na criação da Aeronáutica brasileira) e a fundação, em 1949, da Escola Superior de Guerra (liderada por Golbery do Couto e Silva), pelo Exército, altamente inspirada na *War College*. E esse centro de pensamento

quais apoiaram determinante a chegada do governo Bolsonaro ao poder e a guinada na política externa nacional. A queda de Araújo, em março de 2021, tende a não gerar grandes mudanças na condução da política exterior, a não ser em sua vertente ideológica, a qual deve ser eclipsada pela econômica, ainda que reste presente.

2.1. A FACE IDEOLÓGICA: ALINHAMENTO AUTOMÁTICO COM OS ESTADOS UNIDOS E COM A EXTREMA DIREITA MUNDIAL

Um misto de fé e geopolítica (FIORI, 2019). A atuação de Araújo revelou-se afinada com uma leitura de mundo que via em Donald Trump um suposto messias que comandaria o retorno de valores tradicionais do ocidente, vilipendiados pelo multiculturalismo e a globalização dos povos, o que estaria levando a civilização ocidental à barbárie e ao desaparecimento. Em artigo publicado, ele utiliza-se de Martin Heidegger e, principalmente, de Oswald Spengler, mormente no livro *A decadência do Ocidente*, publicado originalmente em 1919 (que busca na filosofia grega de Ésquilo as raízes dessa superioridade da cultura ocidental) (ARAÚJO, 2017). Os pilares contemporâneos desse movimento seriam: uma política anti-imigração; anti-multiculturalismo; e contrária ao marxismo político ou cultural (grande balaio de gato que é composto por tudo que eles discordam, mas que é basicamente o liberalismo político à direita e à esquerda próprio da alternância de poder no consenso da socialdemocracia). As diretrizes acima estão não apenas no plano das ideias, mas na prática da política externa.

Ernesto Araújo, ao lado do presidente da Comissão para Assuntos Exteriores e Defesa da Câmara, o deputado Eduardo Bolsonaro (BENITES, 2020), que é para muitos o chanceler de fato (LOPES, 2020), e do assessor da presidência da República para assuntos internacionais, Filipe Martins, forma o que parece ser a trindade que movimentou o eixo ideológico da política externa. O que deixa mais clara essa percepção é o liame que une as três figuras às ideias da extrema direita mundial, capitaneada pelo estadunidense Steve Bannon e sua divulgação de ideias de supremacia

foi estreitando ainda mais os laços com os norte-americanos. Além, claro, do expurgo ao longo da ditadura civil-militar de qualquer quadro que defendesse algo diferente de um maior ou menor alinhamento ao ocidente.

branca ocidental por meio da articulação conhecida como *The Movement*³, que possui alta capilaridade no subterrâneo do mundo virtual. Isso leva, no caso brasileiro, à parceria com os Estados Unidos, a qual extrapola o mero alinhamento automático, que já fora praticado em outras ocasiões na história da política externa nacional⁴, mas é forjada em uma identificação imediata pessoal (entre os dois governantes especificamente) e na assunção de uma postura subserviente incondicional.

O movimento da extrema direita mundial ascende indisfarçavelmente em todos os quadrantes do globo, mas, principalmente, em seu centro de acumulação, encontrando brechas em meio à tolerância do liberalismo econômico e à falta de alternativas políticas para a burguesia em vários países no contexto de uma crise econômico brutal, com precedentes somente na de 1929, acentuada ainda mais com a pandemia viral que veio desnudar os efeitos deletérios do capitalismo, sobretudo, em sua vertente neoliberal. Em um panorama radicalmente distinto daquele do pós-1945, quando a socialdemocracia encontrou espaço fértil para florescer, as necessidades e os problemas são outros. A tentativa de retomada de soluções de outrora, como a socialdemocracia, vai demonstrando sua insuficiência e falência para lidar com as questões do cotidiano. Sem grandes alternativas políticas reformistas, dentro da direita e da esquerda moderada, a extrema direita ganha espaço e ocupa o palco principal da política internacional.

Várias manifestações políticas oficiais, como eleição e ascensão de partidos políticos extremistas, como também extraoficiais, como atentados⁵ e penetração social de seu ideário, comprovam esse fenômeno (HOEVELER, 2020).

³ A articulação conhecida como *The Movement*, constitui as bases do pensamento da extrema direita e possui alta capilaridade no subterrâneo do mundo virtual. O replicador (não tão fiel) dessa perspectiva mais conhecido no Brasil é Olavo de Carvalho, responsável por costurar uma teia de extremista que influencia aqueles que seguem por esse caminho.

⁴ Em maior ou menor medida, o alinhamento automático fez-se presente na política externa brasileira dos governos Castelo Branco, Café Filho e Fernando Henrique Cardoso, tendo como exemplos concretos ações específicas (envio de tropas para a intervenção da OEA na República Dominicana) e o apoio político à ALCA.

⁵ Talvez, o mais significativo deles, que estão cada vez mais frequentes, seja o de Anders Breivik, o ativista extremista de direita que, na Noruega, em 2011, empreendeu um atentado terrorista contra estudantes da juventude socialdemocrata do país nórdico, deixando um manifesto que serve de base para os movimentos de extrema direita.

As saídas à extrema direita a partir da crise econômica de 2008 têm galgado espaço, desde o centro até a periferia. Basta dizer da eleição de Trump, nos Estados Unidos, do Brexit, no Reino Unido, da ascensão da Frente Nacional, na França, de Orban, na Hungria, da manutenção de Netanyahu, em Israel, de Modi, na Índia, e da reversão parcial da onda progressista na América Latina, mormente do governo Bolsonaro, dentre outros exemplos.

Essa plataforma une em maior ou menor medida vários políticos mundo afora. E eles identificavam no governo Trump, nos Estados Unidos, a locomotiva da extrema direita mundial, em razão disso, o alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos. Com a saída do republicano e o retorno do Partido Democrata, com Joe Biden, a relação não será umbilical como era, mas de maneira alguma será afetada, ou seja, não deixará o alinhamento automático.

Apontar o cálculo político na postura e pensamento de Araújo não significa, entretanto, considerá-lo um estrategista. Longe disso, ainda há quem o veja como o pior chanceler do mundo por uma série de razões nas movimentações da política externa brasileira (PAGLIARINI, 2019). A análise do internacionalista não deve, todavia, ser eivada de apegos excessivos ao subjetivismo. Não se pode menosprezar ou não levar a sério aparentes delírios; não é uma questão de ridículo ou falta de cognição, mas um cálculo político, que é altamente arriscado, tanto que levou Araújo à queda pela própria pressão política interna (AMORIM, 2019; GUIMARÃES, 2019).

O alinhamento automático não se justifica no plano racional mais elementar e leva o Brasil a tomar uma postura arriscada em várias searas.

No comércio exterior, o Brasil tem com os Estados Unidos, por exemplo, uma relação muito mais concorrencial do que complementar. A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos agrícolas primários ou semimanufaturados, com incremento de tecnologia próprio do agronegócio, com disputas comerciais acirradas (e com vitórias importantes) com os Estados Unidos. Com a China a

relação comercial é mais complementar do que concorrencial, sobretudo do ponto de vista do agronegócio.

Na política internacional, ao comprar o anticomunismo requeitado contra a China e os países socialistas, posicionando impreterivelmente ao lado dos Estados em meio ao aumento de tensão entre os dois países⁶ (ARAÚJO, 2020). Posicionamentos minoritários e controversos na ONU⁷; críticas e rechaço público à atuação da OMS em meio ao combate à pandemia por identificá-la com a China⁸; acordos econômicos e estratégicos desfavoráveis; não reciprocidade cobrada em algumas medidas governamentais; abandono da outrora exitosa política pendular ou de equidistância pragmática para obter ganhos em meio às rugas das duas grandes potências⁹ (JAGUARIBE, 2006).

No entorno regional, a correção de rumos envolve a intervenção em assuntos internos de outros países, sob uma constante retórica militarista e de ameaça, como em relação à Venezuela (MARINGONI, 2021), rompimento da cooperação com Cuba e formação de um bloco de direita para substituir as alianças regionais autônomas, como as coalizões políticas, Grupo de Lima e ProSul, ainda incipientes, mas, em geral, com o foco de viés conservador (OSÓRIO, 2020).

2.2. A FACE ECONÔMICA: LIBERALISMO ECONÔMICO APROFUNDADO

Em meio à espiral de crise de 2008, o neoliberalismo busca manter-se e retomar o espaço perdido à força, mesmo que para isso ele precise estar na mesma cadência que a extrema direita, como vem acontecendo no contexto atual. O Brasil é um exemplo desse movimento.

⁶ Um exemplo neste caso é a publicação de 21 de abril de 2020 de Ernesto Araújo em seu blog pessoal, chamando o coronavírus de “comunavírus”, corroborando o discurso da extrema direita mundial capitaneada pelos Estados Unidos.

⁷ Como a sinalização da mudança da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, o qual possui, mesmo uma retórica, um efeito desagregador em relação aos laços comerciais e políticos com os países árabes.

⁸ Um sinal ainda maior de hostilidade à cooperação multilateral foi o recente voto contrário à resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) que propunha um acordo global para garantir o acesso a medicamentos, vacinas e equipamentos de combate à pandemia a todos os povos.

⁹ Como fizera Vargas, por exemplo, na barganha entre Estados Unidos e Alemanha, voltado para a industrialização nacional de base durante os antecedentes da Segunda Guerra Mundial.

Na política externa atual, a pauta liberal é central, e não muda com ou sem Araújo. Seu núcleo é claro, alicerçando no setor externo as possibilidades de desenvolvimento interno e focando no mercado internacional e não no interno, o que não é uma estratégia nova, já foi aplicada em outros momentos da história nacional. Dois exemplos são mais emblemáticos.

O pleito (subordinado) de entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecida como clube dos ricos, por ter uma história e uma atuação específicas, é um resgate, por exemplo, da mesma ambição demonstrada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (AZZI, 2021). Ao juntar-se a países centrais, o Brasil sinaliza querer viver de aparências, como já ocorre com México, Turquia e Coreia do Sul. Em outras palavras, a entrada na OCDE obriga o país a aceitar na Organização Mundial do Comércio (OMC) condições próprias das potências desenvolvidas que são mais desvantajosas, se comparadas às atribuídas aos países em desenvolvimento. Logo, como o Brasil não é um país desenvolvido, ele perde poder de barganha e de negociação dentro do sistema multilateral do comércio exterior, tendo que abrir mão de condições que na prática lhe fazem falta para compensar certos atrasos concorrenciais gerados em função de sua história e de sua projeção internacional. As grandes potências pressionam os países periféricos para aderir à OMC para poderem negociar em pé de igualdade, o que em meio à discrepância material abissal da prática, lhes confere muito mais vantagens.

Outro elemento requestrado do passado foi o resgate da inércia de 20 anos em que estavam as negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, iniciadas justamente durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999. O período de incubação deveu-se ao fato do acordo envolver condições questionáveis, nos moldes dos tratados desiguais que permearam a relação da América Latina com a Europa no século XIX, ou seja, direcionando o comércio interbloco para a especialização das vantagens comparativas, legando aos países sul-americanos, se muito, o destino agrário-exportador de outrora. Ainda que o acordo em si seja de difícil concretização, pois demanda a ratificação nos parlamentos nacionais de todos os países envolvidos, tanto na América do

Sul quanto na Europa, e ele enfrenta resistências de todos os lados, mesmo pelo prisma dos europeus, os mais beneficiados, o avanço nas negociações simbolizou a retomada da lógica pretérita, que outrora já foi representada pela ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas) (SCHUTTE, 2021). Essa estratégia de negociação em grandes blocos visa a anular os setores com maior fôlego na concorrência dos países sul-americanos e a proteger os setores mais frágeis dos países centrais. O movimento lembra aquele feito pelo México, que deixou o histórico de integração latino-americano para trás para assinar o acordo NAFTA, transformando-se em um país de maquiladoras, perdendo pujança no desenvolvimento interno, em tecnologia e ciência própria, o que faz índices sociais cair e aumentar a pobreza e a violência, como ocorre no país norte-americano. A União Europeia, por sua vez, quer garantir o mercado sul-americano para ela, acotovelando-se na disputa com China e Estados Unidos.

Por fim, a reorientação de um Mercosul mais voltado ao comércio exterior e menos ao desenvolvimento interno, como se esboçou fazer durante os governos de Temer e de Bolsonaro, pelo Brasil, e de Macri, pela Argentina, logo encontrou entraves, com a queda do liberal e retorno do desenvolvimento pelo lado dos argentinos. Logo, apesar de mudanças importantes, o Mercosul, ainda que tenha sofrido as consequências da guinada à direita, com o esvaziamento de suas instituições não comerciais, ele ainda está em disputa para a definição de uma linha de atuação mais clara.

Em suma, o que importa ressaltar é a articulação extremista gerada pela interação das duas linhas de força da política exterior atual. A saída de Ernesto Araújo impacta apenas no alinhamento estreito às diretrizes da extrema direita mundial, mas não significa, em absoluto, o rompimento com a economia política liberal extremada, a qual foi retomada por Temer e deve seguir adiante no cenário de predominância da direita nacional.

CONCLUSÕES

A denúncia do Estado, das instituições políticas e da intervenção na economia pela extrema direita daqui acerta o calcanhar de Aquiles da esquerda institucionalista, forjada na socialdemocracia, a qual, dentro

do novo panorama internacional do pós-1990, não consegue encontrar soluções com as mesmas receitas utilizadas em tempos passados.

Em maior ou menor medida, surfando na onda da crise, o ressurgimento desses atores com pautas retrógradas e, aparentemente, ultrapassadas, contou com a falência ou insuficiência da política socialdemocrata em conceder respostas eficientes para a depauperação do mundo. O consenso socialdemocrata (próprio do fordismo, do capitalismo industrial), que sobreviveu à crise do fordismo, e se equilibrou na corda bamba, a partir dos anos 1990 (com a consolidação do pós-fordismo, do capitalismo financeiro/fictício), com a gestão do neoliberalismo e a internacionalização do Estado junto com as necessidades de bem-estar social, eclodida a bancarrota mundial, caiu em um labirinto, do qual parece não conseguir sair. A extrema direita, que, de algum modo, é sócia e coempreiteira da ordem vigente, ao criticar as mazelas da realidade, joga no colo do consenso socialdemocrata (que reúne elementos políticos à direita e à esquerda) o cadáver da institucionalidade e da normatividade (da qual são oriundos grandes avanços pontuais, mas que estruturalmente avaliza a miséria do cotidiano), que o abraça e com ele afunda.

Diferenciando-se da direita moderada pelos ataques às minorias e munidas do sempre útil e amplo anticomunismo (que engloba qualquer espectro de esquerda), miram a carcomida ordem capitalista, para mantê-la ainda mais excludente, empurrando os moderados mais ao centro (à direita e à esquerda) para a defesa da ordem estabelecida. No Brasil, internamente, a estratégia foi exitosa nas eleições de 2018 e não cessou, a despeito da chegada ao poder, a qual representou não apenas a manutenção das velhas estruturas, como o seu agravamento no sentido da ruptura de um mínimo de coesão social, decorrente do aprofundamento das políticas neoliberais.

No plano externo, a artimanha, usada por Trump contra a OMS (Organização Mundial da Saúde), por exemplo, ecoa nas palavras de Araújo, valendo-se o, agora, ex-chanceler da cartada da ilusão institucional para fomentar o anticomunismo, elemento real de polarização. A crítica à ordem institucional internacional, construída com forte influência dos Estados Unidos, a partir de 1945, e sustentáculos de sua hegemonia mundial até hoje, segue o mesmo

caminho. Em meio à crise internacional, as instituições multilaterais mostram suas fraturas e viram alvo de um falso debate que, mais do que uma nova configuração, objetiva barrar, de fato, transformações substanciais. Novamente o consenso socialdemocrata do pós-fordismo, ou seja, que mescla elementos do liberalismo político e econômico com demandas de bem-estar social, navega à deriva. Não restando nada mais a agarrar a não ser o sistema ONU (como a própria ONU e a OMS), cuja atuação é venal e altamente questionável, mas se apresenta como um mínimo de cooperação multilateral antes da barbárie completa.

Essa estratégia extremista não apenas inviabiliza as correntes progressistas, como coloca no mesmo balaio tudo aquilo que lhes confronta. O processo de intensificação da internacionalização das relações de produção, conhecido como globalização financeira, foi altamente favorável aos grandes capitais internacionais, mas gerou ainda mais concentração e deterioração das condições socioeconômicas pelo mundo. Há toda uma disputa política e teórica em relação a esse embate. A extrema direita coloca-se à margem disso e associa um pretenso globalismo (de cunho liberal, que reúne desde liberais extremados até o consenso socialdemocrata do pós-fordismo) ao internacionalismo comunista, o que é um acinte (dado que as experiências de socialismo real, como a da China, por exemplo, representam, de fato, uma alternativa à ordem neoliberal vigente), mas que encontra grande ressonância aos insatisfeitos e penitentes da globalização financeira e da institucionalidade internacional sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Ancorar-se no Estado e nas instituições políticas como um todo, é ancorar seu barco em um castelo de areia e com o primeiro grande movimento ele vai ruir. Por esse motivo, nós não podemos engrossar o coro que a burguesia gosta, no seguinte sentido de “se a extrema-direita critica o Estado e as instituições, então cabe à esquerda defendê-los”. Não, muito pelo contrário. Muitas das mazelas estruturais da nossa sociedade são postas e legitimadas no nosso dia-a-dia pelo Estado e pelas instituições políticas, formas sociais dos capitais e, conseqüentemente, do capitalismo. É preciso entender exatamente qual é o ponto para que não sirvamos de massa de manobra ou engrossemos o coro dessa

direita moderada, que não quer largar o poder e acaba trazendo para si parcela significativa da esquerda que não entende ou não tem uma plena compreensão do que é o Estado.

Por fim, o que essa percepção ampla nos permite concluir? É que nós não podemos nem subestimar, nem ridicularizar o que está acontecendo hoje na política externa nacional, mas devemos compreender Entender através de uma vertente ampla que nos impeça de comprar a primeira solução liberal que é vendida em qualquer meio de comunicação que você tenha acesso hoje em dia. Isto é, prestar muita atenção principalmente no fato de que as Relações Internacionais são fundamentais para compreensão da política como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. O marxismo como teoria finita. *Revista Outubro*, Campinas, n. 2- 05, p. 63-73, fev. 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-marxismo-como-teoria-finita/>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- AMORIM, Celso. Nau sem rumo: a política externa brasileira no início de 2019. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 32, p. 33-39, 2019.
- ARAÚJO, Ernesto. *Discurso de Posse*. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Proferido em 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores?id=317>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- ARAÚJO, Ernesto. Chegou o comunavírus. *Metapolítica 17*: contra o globalimo. 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais*, FUNAG, Brasília, v. 3, n. 6, p. 323-358, dez. 2017.
- AZZI, Diego Araújo. Subordinação pela adesão: o pleito do Brasil a membro pleno da OCDE. In: MARINGONI, Gilberto; BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 61-74.
- BENITES, Afonso. Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil: Embaixador chinês em Brasília é ameaçado por telefone após responder filho de presidente. Pequim negocia ajuda ao Brasil na crise do coronavírus. *El país*, Brasília, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BERRINGER, Tatiana; CARNEIRO, Gabriel Santos; SOPRIJO, Gabriel; SOUZA, Leonardo Martins de; BARROS, Larissa de Oliveira. Nacionalismo às avessas. In: MARINGONI, Gilberto; BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 139-152.

BRUNHOFF, Suzanne de. *The State, Capital and Economic Policy*. London: Pluto Press, 1978.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2015.

FIORI, José Luis. Geopolítica e Fé. *Jornal Valor Econômico*, jun. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Poder-e-ContraPoder/Geopolitica-e-Fe-/55/42882>. Acesso em: 5 jun. 2019.

FRIEDEN, Jeffry. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Política Externa Brasileira e os Cem Primeiros Dias de Governo. *Fundação Perseu Abramo*, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/04/12/politica-externa-brasileira-e-os-cem-primeiros-dias-de-governo/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HELLEINER, Eric. *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to global finance*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1994.

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOVELER, Rejane Carolina. *(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”*: a história do Council of Americas (1965-2009). 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

JAGUARIBE, Hélio. Introdução Geral: Evolução da Política Externa. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (coord.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. I. p. 31-45.

JESSOP, Bob. Regulation theory, post Fordism and the State. More than a reply to Werner Bonefeld. In: BONEFELD, Werner; HOLOWAY, John. *Post-Fordism & social form: a Marxist debate on the Post-Fordist State*. London: Macmillan, 1991. p. 69-91.

LOPES, Dawisson Belém. O chanceler de fato. *Jornal O Povo (online)*, 20 abr. 20202. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/20/dawisson-belem-lopes--o-chanceler-de-fato.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MARINGONI, Gilberto. Venezuela, o novo espantelho. In: MARINGONI, Gilberto, BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 173-182.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONIZ BANDEIRA. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018a.

OSÓRIO, Luiz Felipe. O Direito da União Europeia e a deterioração democrática e social. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, RS, v. 13, n. 1, abr. 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/29158>. Acesso em: 29 mar. 2021.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Entre aproximações e rupturas: as guinadas na integração regional. *Revista Tempo Do Mundo*, Brasília, n. 23, p. 181-202, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/rtm23art7>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PAGLIARINI, André. O pior diplomata do mundo. *Jacobin Brasil*, São Paulo, ed. esp., p. 12-21, 2019.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Acordo União Europeia- Mercosul: falsas promessas de crescimento e sustentabilidade. In: MARINGONI, Gilberto, BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 39- 60.

WOOD, Ellen M. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

